



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
R. Sorbone, 375, . - Centerville  
CEP: 13560-760 - Sao Carlos - SP  
Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos1cv@tjsp.gov.br

## SENTENÇA

Processo nº: **0007827-96.2012.8.26.0566**  
Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Moral**  
Requerente: **Monise Luiza Salmeirão**  
Requerido: **Bv Financeira**  
Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

## VISTOS

**MONISE LUIZA SALMEIRÃO** ajuizou Ação DE **INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS** em face de **BV FINANCEIRA**, todos devidamente qualificados.

Aduz a Autora, em síntese, ter firmado um contrato de financiamento de veículo com a ré para pagamento em 60 parcelas de R\$ 604,71; que sempre quitou as parcelas com atraso, mas com juros, já que o recebimento do seu salário é somente no começo do mês; ocorre que no dia 25 de janeiro de 2012, recebeu uma ligação no celular de uma empresa de cobrança, durante o seu horário de trabalho e que, posteriormente, passou a ser alvo de inúmeras investidas via telefone e fax buscando o adimplemento do valor referente a parcela 11. Dessa forma, pediu a procedência da ação condenando a Ré ao pagamento da indenização por danos morais. Juntou documentos às fls. 07/15.

Devidamente citada, a requerida contestou sustentando, em síntese, que: 1) a Autora tinha plena ciência do vencimento da parcela, não tendo cabimento a alegação de que efetua o pagamento com atraso devido à data de recebimento de seu salário; 2) o atraso do pagamento da referida parcela não se limitou a apenas alguns dias , e sim, mais de dois meses;

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. Sorbone, 375, . - Centerville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos1cv@tjsp.gov.br

3) apenas exerceu o seu direito de efetuar a cobrança em atraso; 4) agiu no exercício regular do direito ao contatar a Autora em todos os telefones que informou quando do preenchimento do cadastro inicial de relacionamento; 5) não foi comprovado nenhum dano que a Autora pudesse ter sofrido. No mais, rebateu a inicial e pediu a improcedência da ação.

As partes foram instadas à produção de provas, pelo despacho de fls.45. A requerida pretende produzir prova documental, e o requerente permaneceu inerte.

As partes foram convocadas para audiência de tentativa de conciliação que restou prejudicada ante a ausência da requerente e de quem a representasse (fls.52).

Pelo despacho de fls. 73 foi declarada encerrada a instrução. A Ré apresentou alegações finais às fls. 77/82 e a autora não se manifestou.

**É o relatório.**

Não está em discussão se a autora estava (ou não) em mora.

O que a autora coloca para apreciação do Judiciário é o “modus” utilizado para lembrá-la a respeito (cobranças).

A ré confirma – com o silêncio – ter contratado um escritório para operar a cobrança.

Até aí, nenhuma irregularidade.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
R. Sorbone, 375, . - Centerville  
CEP: 13560-760 - Sao Carlos - SP  
Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos1cv@tjsp.gov.br

A ilegalidade se encontra na forma em que tal cobrança foi direcionada, exposta a fls. 03, parágrafos 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º e 8º, e fls. 04, parágrafos 1º a 7º, e não contestada especificamente na defesa.

Como se tal não bastasse, temos o fax de fls. 12/13 indicando que o boleto de pagamento chegou a ser encaminhado para o local de trabalho da autora.

Nesse sentido:

**Ementa:** Alienação fiduciária - Indenização por danos morais e materiais - Constrangimento na cobrança de dívidas - Vedação constante no art. 42, caput, do CDC - Dano moral evidenciado - Quantum indenizatório reduzido - Danos materiais - Pretensão de ressarcimento dos honorários advocatícios contratuais - Não cabimento - Sentença reformada. - É lícito ao credor cobrar seu crédito, desde que o faça sem abuso, podendo utilizar-se dos meios legais amparados pelo sistema jurídico à sua disposição. Ligações insistentes para o local de trabalho do devedor, expondo sua situação de inadimplência aos colegas de trabalho, configura prática constrangedora, que expõe a vida pessoal do consumidor, causando-lhe humilhação e constrangimento perante terceiros, sendo portanto, prática proibida pela lei. - Recurso parcialmente provido, v.u (TJSP, Apelação 9076983-09.2008.8.26.0000, Rel. Manoel Justino Bezerra Filho, DJ 20/09/2010).

E ainda:

**Ementa:** Indenização por danos morais. Cobrança de dívida por telefone. Autora submetida a cobrança vexatória em sua residência e no local de trabalho perante vários funcionários. Dano moral configurado. Alegada cessão de crédito que não interfere no direito da parte de buscar indenização pela situação



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. Sorbone, 375, . - Centerville

CEP: 13560-760 - Sao Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos1cv@tjsp.gov.br

a que foi exposta. Aplicação do Código de Defesa do Consumidor, que veda imposição de constrangimentos na cobrança de dívidas. Caracterização do dever de indenizar, com a possibilidade de exercer seu direito de regresso. Valor arbitrado em R\$ 5.000,00, diante das peculiaridades do caso concreto. Sentença de improcedência reformada. Recurso provido. (TJSP, Apelação 0318579-11.2009.8.26.0000, Rel. João Pazine Neto, DJ 05/02/2013).

De todos os critérios preconizados nos pretórios, tenho que o mais viável – porque evita a adoção de fórmulas mágicas que muitas vezes podem se perder no vazio – é a aplicação do denominado “critério prudencial”, referido na RT 650/63.

Como norte observaremos ainda o “Princípio da Razoabilidade”, considerando a finalidade compensatória a extensão do dano, bem como o grau de culpa (tanto do causador como da vítima).

Assim, parece-me justo que a ré indenize o autor com quantia equivalente a R\$ 1.000,00 (um mil reais).

\*\*\*\*\*

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** a súplica inicial e **CONDENO** a requerida, **BV FINANCEIRA** a pagar à autora, **MONISE LUIZA SALMEIRÃO**, indenização pelos danos morais sofridos no importe de R\$ 1.000,00 (um mil reais), com correção a contar da presente, mais juros de mora, à taxa legal, a contar da citação.

Sucumbente, arcará a requerida com as custas e despesas do processo e honorários advocatícios que fixo em R\$ 678,00.

**0007827-96.2012.8.26.0566 - lauda 4**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
R. Sorbone, 375, . - Centerville  
CEP: 13560-760 - Sao Carlos - SP  
Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos1cv@tjsp.gov.br

P.R.I.

Sao Carlos, 02 de outubro de 2013.

**MILTON COUTINHO GORDO**  
**Juiz de Direito**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME  
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**